

África assume o controlo do seu destino

ÁFRICA HORIZONTE 2060

**O que é que quer ser África e em que se quer
transformar?**

Como se quer governar?

4 Conferências para traçar uma nova via de desenvolvimento

- *uma África que inventa a sua própria governação (Praia, Cabo Verde – 2012)*
- *uma África que inventa a sua própria economia (2013)*
- *uma África que renegoceia o seu papel no mundo (2014)*
- *um projecto para 2060: Conferência de restituição, formalização e apoio político (Addis-Abeba, Etiópia, 2015)*

ARGA

Ouest Foire
Cité Douanes
Villa n°13- 2F
Dakar - SÉNÉGAL

Tél: +221-33-820-15-81
www.afrique-gouvernance.net

África assume o controlo do seu destino

Desde da época das independências a África nunca foi realmente dona do seu destino. Durante a guerra fria, esteve sempre oscilando entre blocos políticos antagónicos, e mais tarde, nalguns casos, posta sob tutela e obrigada a abraçar doutrinas políticas ou económicas impostas do exterior. Hoje ela é marginalizada nas relações internacionais tanto no âmbito económico como no político. Não encontrando nos seus países ou no continente perspectivas dignas das suas aspirações, muitos jovens, em particular os mais formados, ainda abandonam o continente, privando-o dos talentos e da criatividade que lhe fazem tanta falta.

Mas África se encontra num momento decisivo da sua história política, económica e social. Apesar dum balanço contrastante da construção do estado e das sociedades, balanço que recorda o longo caminho a percorrer para o emergir económico, político e social do continente, África possui muitas vantagens para responder às expectativas dos seus povos e ter mais peso no mundo. A consolidação da democracia é inelutável, reforçada pelos processos de descentralização e pela sociedade civil que contribui fortemente à melhoria da governação dos Estados; possui imensas reservas de recursos naturais ainda não explorados; o crescimento rápido da sua população faz dela um mercado promissor; os processos de integração regional contribuem a responder às exigências de boa governação e à edificação de mercados comuns; a evolução das relações económicas internacionais, com a emergência de novas potências, amplia as margens de negociação nos mercados internacionais e abre oportunidades de renovação da regulação das relações mundiais.

E se África assumisse o controlo do seu destino?

Para que todas essas vantagens se transformem em factores de êxito efectivo, África precisa um sobressalto colectivo, deve deixar de “*dormir na esteira dos outros*”, retomando a expressão do famoso historiador africano Joseph Ki Zerbo. Realmente, no mundo inteiro, a construção de nações modernas e a definição de estratégias de desenvolvimento levaram muito tempo. África não escapa a essa regra. Mas, longe de ser o continente do desespero, ela possui uma juventude fervente e recursos culturais e intelectuais que lhe conferem a capacidade de emergir no século XXI com a sua própria visão do mundo, a sua própria concepção da governação, e o seu próprio eixo de desenvolvimento.

Tal é o sentido da Iniciativa África Horizonte 2060

A Aliança para Refundar a Governação em África, (ARGA), convida todos os actores, africanos e não africanos, convencidos que África pode assumir o controlo do seu destino, a envolver-se nessa iniciativa, que tem por objectivo delinear uma nova perspectiva política, económica, social e cultural que irá lançar finalmente a emergência do continente, e construir agora um projecto para os próximos cinquenta anos, para que o centenário das independências seja celebrado sob o signo duma verdadeira independência.

A Iniciativa África Horizonte 2060 se constrói a volta de uma série de conferências, que irão realizar-se sucessivamente, sobre os seguintes temas:

- *uma África que inventa a sua própria governação (Praia, Cabo Verde – 2012)*
- *uma África que inventa a sua própria economia (2013)*
- *uma África que renegoceia o seu papel no mundo (2014)*
- *um projecto para 2060 (Addis-Abeba, Etiópia, 2015)*

Conferência 1 - África inventa a sua própria governação

Praia, Cabo Verde – 2012

A governação é para uma sociedade a arte de inventar e implementar a sua própria maneira de se gerir, para assegurar coesão e bem-estar no seu seio, segurança no exterior e um equilíbrio entre a sociedade e o seu ambiente.

Até agora, a África contentou-se apenas reproduzir, na altura das independências, o modelo dos Estados coloniais. Seguiu ou sofreu das recomendações e injunções vindas do exterior, em função das tendências e exigências das potências tutelares ou das instituições internacionais. As suas instituições chamadas de “modernas”, frequentemente justapostas a modos de gestão tradicionais que ainda se perpetuam e permanecem .

Não se trata de idealizar o passado para pretender, a uma “excepção africana” no âmbito da governação que justificaria a ditadura, o nepotismo, o clanismo ou a violação dos direitos humanos. Mas cabe agora à África encontrar a própria via tirando o melhor proveito das suas tradições, revisitadas à luz dos desafios do século XXI, e o melhor da experiência internacional, interpretando-os livremente e sem que lhe sejam impostas sob a forma de normas e condicionalidades.

Para elaborar um projeto africano sobre a governação, a conferência irá abordar nove propostas, organizadas em torno de cinco grupos de trabalho:

Grupo de trabalho 1: Criar os alicerces do “viver juntos” no seio das sociedades em torno de valores e princípios compartilhados

- 1. Colocar de novo os valores no centro do projecto político e adoptar uma carta africana de responsabilidades
- 2. Elaborar novos princípios fundamentais de gestão da sociedade

Grupo de trabalho 2 : Tirar o melhor proveito das tradições e da modernidade

- 3. Tirar o melhor proveito das tradições e da modernidade reconhecendo o pluralismo jurídico

Grupo de trabalho 3: Recriar o Estado africano pós-colonial através da descentralização e da integração regional

- 4. Reconstruir os Estados desde do nível local e basear a governação no princípio de subsidiariedade activa
- 5. Apoiar o projecto da integração regional africana

Grupo de Trabalho 4 : Promover uma gestão adequada e inclusiva dos assuntos públicos

- 6. Envolver todos os actores da sociedade na gestão dos assuntos públicos
- 7. Inventar uma nova concepção de “gestão dos assuntos públicos da cidade”
- 8. Basear-se numa sociedade civil activa para uma gestão pública equitativa
- 9. Formar os funcionários públicos ao serviço da sociedade

Grupo de Trabalho 5 : Criar condições de segurança para todos

- 10. Criar as condições de segurança para todos e paz duradoura

1. Colocar de novo os valores no centro do projecto político e adoptar uma carta africana de responsabilidades

A sociedade africana tradicional foi baseada num conjunto de valores éticos e morais. Cada indivíduo era definido pelo seu papel e pelas suas responsabilidades no seio da sua família e da sua comunidade. Estes valores continuam ainda muito vivos, mas os grandes movimentos migratórios, nomeadamente em direcção às cidades, o confronto com outras culturas e com o individualismo promovido pela sociedade de consumo e pela exaltação da concorrência desgastaram progressivamente esta base da vida em comum. Daí resulta, com demasiada frequência, um menosprezo do bem público, um abuso das posições de poder cuja corrupção é uma das suas manifestações, uma indiferença pelas consequências a longo prazo dos nossos actos sobre os nossos descendentes. A sociedade vive mal com este cinismo porque sabe que é autodestrutivo.

Quais são, na confluência da nossa base ético tradicional, dos nossos valores religiosos e comunitários actuais e da interdependência que nos liga ao mundo, os valores susceptíveis de dar às sociedades africanas, na sua diversidade, uma nova oportunidade de controlar o seu destino e de criar o nosso projecto de governação? Porque sem valores comuns nos quais todos os actores se podem reconhecer e com os quais os dirigentes se comprometem formalmente, a governação é apenas uma técnica de exercício do poder ao proveito dos dirigentes.

No decurso da conferência e relação com a dinâmica internacional da Carta de Responsabilidades Humanas, se vai elaborar uma Carta Africana de Responsabilidades.

2. Elaborar novos princípios fundamentais de gestão da sociedade

Cada país dotou-se de uma constituição, frequentemente inspirada no modelo da antiga potência colonial. Demasiada vezes estas constituições foram elaboradas por um grupo de professores de direito, sem o envolvimento de toda a sociedade na definição e discussão dos princípios fundadores.

As constituições foram certamente submetidas a um voto formal, mas permanecem no entanto algo de desconhecido da sociedade. Longe de terem aproximados os Estados das sociedades, somente contribuíram para os afastar. Assim, não surpreende que estas constituições, cujo valor irá permitir de oferecer à governação um alicerce enraizado e durável, sejam tratadas com ligeireza, como simples pedaços de papel que se podem modificar segundo as necessidades das elites no poder.

Para terem legitimidade perante todo um povo, os princípios de governação devem reflectir a maneira como a própria sociedade pensa que deve ser gerida. Estes princípios devem permanecer vivos, encontrar eco na gestão colectiva a vários níveis, desde a família, a aldeia, o bairro até a nação inteira.

Escritas numa linguagem acessível a todos e em línguas nacionais, longamente debatidas, reflectindo a visão que a sociedade quer ter dela própria no futuro, as constituições devem ser a expressão viva da vontade de viver juntos e da capacidade de o fazer.

Retomando as reflexões interafricanas e internacionais sobre as constituições, a conferência irá identificar os grandes eixos de um novo esforço constitucional que a África deve impor a si mesma.

3. Fazer o melhor proveito da tradição e da modernidade reconhecendo o pluralismo jurídico

Um dos principais critérios de legitimidade da governação é que as sociedades se sintam bem governadas: as restrições impostas a cada um em nome do bem comum devem ser ligadas a necessidades claras da sociedade; os modos de gestão devem estar em conformidade com a maneira como a sociedade pensa que é preciso concordar-se e gerir os conflitos; os dirigentes devem ser dignos de confiança; as instituições e os dispositivos públicos de trabalho devem ser eficazes, pertinentes e implementados por funcionários competentes e preocupados com o interesse público.

O direito e a regulação de conflitos são uma parte importante da governação. Mas, como foi escrito 25 séculos atrás pelo sábio chinês Confúcio, “numa sociedade que funciona bem, as escadas das escolas

estão desgastadas e as escadas dos tribunais enchem-se de ervas”. As sociedades africanas o ilustram bem com uma prática tradicional de arbitragem de interesses e de gestão de conflitos que implementava dispositivos de conciliação em conformidade com os costumes em vez de recorrer ao direito escrito. Com a colonização e mais tarde com o Estado pós-colonial, a maioria das sociedades africanas justapuseram duas ordens jurídicas, uma chamada costumeira, a outra moderna, uma ordem jurídica oral e a outra escrita, que com demasiada frequência se ignoram, se justapõem e competem entre si. É preciso para um projecto africano de governação, procurar o melhor de ambas e elaborar princípios de pluralismo jurídico em vez de fazer triunfar uma sobre a outra, de exaltar uma tradição idealizada ou de a abolir em nome da modernidade.

4. Reconstruir os Estados a partir do nível local e basear a governação no princípio de subsidiariedade activa

Uma vez que os Estados pós-coloniais estão sobrepostos à realidade das sociedades africanas em lugar de serem uma parte viva e consubstancial delas, é ao nível local, onde as pessoas vivem - as aldeias, os bairros, as cidades, as províncias - que se inventa a futura governação africana.

Levou o movimento de descentralização da década dos noventa para que, segundo as palavras de Ousmane Sy, “a administração regressasse a casa”, que estivesse em vias de tornar a ser uma parte integrante da sociedade. Ora, ao mesmo tempo observa-se que os territórios locais - as cidades, as regiões, etc. -, no mundo inteiro, não são vestígios do passado gradualmente varridos por sistemas modernos de comunicação que conectam instantaneamente todos os pontos do planeta, pelo contrário, tornam-se elemento básico da governação e o actor-chave da economia.

É de facto ao nível territorial que se pode gerir simultaneamente as questões económicas, sociais e ecológicas. Além disso, a nossa economia é cada vez mais uma economia do conhecimento em que a

capacidade local dos actores para cooperar entre eles, ou seja o capital imaterial do território, se torna o principal factor da competitividade. Por conseguinte, é a partir do nível local que se deve inventar um projecto africano de governação. Não considerando os territórios fechados sobre si mesmos, mas pelo contrário sabendo-os, realmente abertos aos seus vizinhos e ao mundo.

Nenhum real problema das nossas sociedades se pode gerir a um único nível. A distribuição rígida das competências entre cada um dos níveis de governação, da comunidade de base ao mundo inteiro, está condenada ao fracasso. O que pelo contrário é preciso inventar, são os princípios, os métodos e a cultura do exercício de competências partilhadas, da cooperação entre os diferentes níveis de governação. É o que se chama actualmente governação multinível. Bem que a ideia se vai impor progressivamente, ela enfrenta o obstáculo dos preconceitos, a resistência de todos os que estão apegados a um exercício feudal do poder, que querem ser os seus próprios mestres. O princípio de subsidiariedade activa descreve os métodos

através dos quais os diferentes níveis podem concretamente cooperar em torno de cada desafio da sociedade.

A conferência será a ocasião de recensear e valorizar tudo aquilo que, nas inovações

locais, contribui hoje em dia para inventar a futura governação africana, debater a governação multinível e fazer propostas concretas de implementação da subsidiariedade activa.

5. Apoiar o projecto da integração regional africana

Seria difícil pretender que África não dispõe de instituições de integração, desde a própria União Africana, passando pelas múltiplas organizações regionais ou especializadas - a moeda, a economia, o comércio, a gestão da água, etc. - que federam os diferentes Estados africanos. Como para os próprios países, as fronteiras herdadas do colonialismo raramente têm uma realidade humana e histórica profunda. Os intercâmbios humanos e económicos informais, as migrações e o tráfico através das fronteiras porosas são mais ricos que os que resultam dos Estados pós-coloniais. Mas o facto é que os obstáculos de todo o tipo que opõem a esta realidade são infinitas. As instituições intergovernamentais de integração regional por um lado, e as comunidades transfronteiriças por outro, são duas realidades pouco conectadas entre si.

O drama histórico da África é de ter lutado pela independência em nome da construção de Estados soberanos, sobre o modelo legado pelas antigas potências coloniais, enquanto estas, tendo constatado as consequências dramáticas do nacionalismo sobre as respectivas potências, estavam a construir a União Europeia! Com a União Africana e as organizações regionais quis-se simular esta integração regional e continental sem seguir as diferentes etapas que lhe teriam dado consistência. O que se fez foi apenas construir instituições suplementares.

No decurso da conferência debateremos processos permitindo dirigir-nos para autênticas integrações regionais e para uma verdadeira união africana.

6. Envolver todos os actores da sociedade na gestão dos assuntos públicos

Diz um provérbio que “Não se pode apanhar uma pedra com um só dedo”. É irrealista esperar da acção pública que garante o monopólio do bem público. A parceria entre os actores é fundamental para a governação moderna, quer se trate de garantir os serviços básicos - água, saneamento, segurança, educação, saúde, etc. -, quer se trate de desenvolvimento económico.

As sociedades africanas têm as suas próprias tradições de parceria. A teoria moderna da governação e as práticas desenvolvidas nos respectivos países podem trazer a sua própria perspectiva. A isso acrescenta-se a forte presença, em muitos países, de “parceiros de desenvolvimento” que participam também

directamente na prestação de serviços públicos. Mas, com demasiada frequência, as modalidades de parceria não são claramente definidas e muitos actores, em particular os habitantes dos bairros pobres das cidades, os camponeses, os pescadores artesanais, os actores da economia informal, etc., não estão organizados para se pronunciar e ainda não são reconhecidos pela sua competência, ainda embora sejam os que sustentem a maioria das pessoas.

Além de um discurso abstracto sobre a parceria, que levaria a um consenso sem alcance prático, a conferência irá elaborar uma carta de parceria entre actores a partir de casos concretos e experiências.

7. Inventar uma nova concepção da “gestão dos assuntos da cidade”

Com a crise das ideologias que marcaram os debates das primeiras décadas das independências e devido à perda de confiança das sociedades em relação aos seus dirigentes políticos, observa-se em toda a África a emergência, na altura das eleições, de dirigentes relativamente carismáticos e providenciais, com programas relativamente vagos. No âmbito do debate político, elaboram-se projectos de sociedade à pressa, sem concertação com a população, que não serão aplicados e que escondem mal rivalidades, sede de poder e concorrência para o acesso aos bens públicos. A imposição pelas antigas potências coloniais e pelas instituições internacionais de regimes chamados de democracia representativa, multipartidária, longe de introduzir nos países uma autêntica democracia, substancial, tiveram o efeito oposto. Dizia-se que a democracia seria um factor de paz. Mas em África, tem sido sobretudo um factor de violência e de guerra. Como resultado de eleições raramente justas e cujos desafios são raramente percebidos pela população, as regras de maioria fazem com que 51% dos votos possa conceder a totalidade do poder assim como o rendimento que se pode

extrair da exploração dos recursos naturais. Este princípio do “vencedor que fica com tudo” é desconhecido das sociedades que no entanto desenvolveram métodos comprovados de construção de consensos e de partilha.

África deve encontrar outra maneira de elaborar perspectivas políticas. Os programas não podem ser elaborados pelos dispositivos de partidos políticos que, por vezes, são apenas instrumentos de conquista do poder ao serviço de dirigentes cujo único projecto é o acesso ao poder para usufruir dos bens públicos. Os projectos de sociedade e os programas políticos derivados devem ser o reflexo daquilo que toda a sociedade deseja, o que requer métodos adequados.

No decurso da conferência teremos a ocasião de examinar os primeiros resultados da assembleia maliana de cidadãos, tentativa original de construir um projecto político “de baixo para cima”, e de examinar as condições em que se pode, a nível das nossas cidades e dos nossos Estados, restaurar a cultura do consenso para fazer dela a regra e não a excepção na decisão pública.

8. Basear-se numa sociedade civil activa para uma gestão pública equitativa

A sociedade africana desenvolve-se à margem das instituições formais e mesmo involuntariamente por vezes. Sem a vitalidade da sociedade civil africana, incrivelmente dinâmica e inventiva apesar da pobreza e das crises, África estaria numa situação pior do que aquela em que está actualmente. Mas esta sociedade civil nem sempre é bem visível porque as elites africanas e os parceiros de desenvolvimento polarizam a sua atenção sobre as estruturas institucionais. Parece que a sociedade civil somente existe quando organizações não governamentais institucionalizadas a representam! Além disso, com demasiada frequência estas representações oficiais da sociedade civil são na realidade ferramentas instrumentalizadas do poder e dos parceiros de desenvolvimento.

Para que os camponeses, os pescadores, os habitantes das cidades, os empresários do sector informal, as mulheres e os jovens possam desempenhar o seu papel nos assuntos públicos, possam ser escutados, é preciso que todos estes sectores tenham acesso a uma boa compreensão dos desafios nacionais e internacionais, que os seus dirigentes possam beneficiar de uma formação adequada, que toda a sociedade tenha acesso a uma excelente informação sobre a gestão dos assuntos públicos (a utilização dos impostos, a utilização da ajuda ao desenvolvimento, a utilização dos rendimentos extraídos dos recursos naturais, etc.) assim como as melhores experiências internacionais.

A conferência irá permitir a confrontação das diferentes experiências de implicação

da sociedade civil na elaboração e avaliação das políticas públicas e propor as

ferramentas de formação e informação necessárias.

9. Formar os gestores públicos ao serviço da sociedade

A competência e a dedicação dos agentes do serviço público local, regional e nacional é uma dimensão decisiva da legitimidade da governação. Não pode existir boa gestão da sociedade sem o contributo de funcionários bem formados, dedicados à causa pública, capazes de criar um diálogo respeitoso com os outros sectores da sociedade e com os colegas das outras administrações. Formações técnicas e jurídicas não bastam. Portanto o estabelecimento de uma rede interafricana de formação em governação, desenvolvendo em comum bancos de estudos de caso e cursos de formação

inicial e permanente, torna-se uma prioridade. Ela permitirá aos alunos compreender melhor os desafios com que vai ser confrontada a sociedade africana nos próximos cinquenta anos, as condições de uma reforma profunda dos Estados e os princípios de governação do século XXI. Esta rede interafricana de formação teria que envolver tanto a Associação das Cidades Africanas (CGLU - África), os centros e institutos de formação dos funcionários territoriais e as escolas nacionais de administração existentes.

10. Construir as condições de uma segurança para todos e de uma paz duradoura

O continente africano é um dos mais violentamente devastados pelos conflitos. Estes têm sempre uma dupla dimensão de guerra civil interna e de ingerência estrangeira. Os recursos naturais e minerais, longe de serem uma fonte de prosperidade para África, alimentam directamente ou indirectamente a maioria dos conflitos. A concorrência pela divisão das terras, agravada pelo aumento da população e a cobiça das potências estrangeiras e pela perda de fertilidade dos solos, são subjacentes à maioria dos conflitos chamados conflitos étnicos ou comunitários.

A fraca legitimidade dos Estados constitui uma barreira muito frágil contra a irrupção da violência, quando não é o factor principal. A comunidade internacional desenvolveu toda uma filosofia de

reconstrução do Estado após o seu fracasso mas nem os métodos utilizados, nem a curta duração das intervenções contribui para o seu sucesso. E, apesar dos louváveis esforços da União Africana, são raros os conflitos resolvidos sem intervenção da "comunidade internacional".

No entanto, portadora de tradições milenárias, África tem os seus próprios instrumentos de resolução de conflitos e de construção da paz, e estes mereceriam ser confrontados com a experiência internacional para desenvolver uma nova doutrina. A conferência irá trabalhar a estabelecer um diálogo entre diferentes actores institucionais e sociais, levá-los a reflectir sobre as suas práticas, a partilhar as suas experiências e considerar alternativas em matéria de prevenção e gestão de conflitos.

Conferência 2 - África inventa a sua economia - 2013

Estará África condenada ao subdesenvolvimento? Estará África votada a ser um simples reservatório de recursos naturais cujo controlo, ou até mesmo pilhagem, é objecto de disputa entre as outras potências, que se apoiam para isso, de forma circunstancial, nos dirigentes africanos? Estará a riqueza africana condenada a transformar-se em apartamentos de luxo em Paris ou Londres, em contas bancárias privadas em bancos suíços ou em paraísos fiscais sem jamais beneficiar toda a população? Será que se pode realmente aceitar esta fatalidade irrealista?

Os especialistas da prospectiva não viam em 1950 outro futuro para a China do que o de sociedade agrícola. gora em vias de tornar-se a primeira potência económica mundial. Não apenas porque é a fábrica do mundo, como tem sido chamada por vezes, deixando entender que somente deve o seu desenvolvimento à exploração da sua mão-de-obra, mas também porque é uma das primeiras potências tecnológicas, o líder da energia solar, um dos países que melhor domina as novas tecnologias, etc. Mesma coisa para a Índia. Em ambos os casos, da China e da Índia, tantas coisas foram ditas antigamente sobre a incompatibilidade dos seus sistemas culturais e sociais com o desenvolvimento de uma economia moderna, e agora esta incompatibilidade é apresentada como o principal factor do seu desenvolvimento! Estará escrito que somente as sociedades africanas são definitivamente inaptas para o desenvolvimento, salvo quando se deixam levar e guiar por outros?

Nem os que pretendem que o subdesenvolvimento actual é devido ao controle sistemático da África por sociedades estrangeiras não acreditam realmente neste facto. Eles sabem bem que os africanos são em grande parte responsáveis desta sorte pouco invejável.

África deve desenvolver uma economia (no sentido etimológico da palavra economia: as regras do jogo – nomos – de gestão da casa comum – oikos), de um sistema de produção e intercâmbio que lhe permita beneficiar das vantagens da globalização mas também enunciar as suas próprias regras a fim de preservar os seus ecossistemas, de desenvolver progressivamente as suas próprias competências e o seu próprio sistema produtivo, e conceber o seu próprio desenvolvimento sustentável.

À luz de experiências concretas, de reflexões africanas e das melhores reflexões internacionais sobre a evolução dos sistemas económicos, a conferência irá definir uma concepção africana do desenvolvimento sustentável. Porque já não se trata de limitar-se a imitar o modelo ocidental de desenvolvimento. Este ultimo, baseado na exploração da energia e dos recursos naturais provenientes de todo o planeta, não é generalizável para o mundo inteiro nem sustentável por si mesmo e deve experimentar uma profunda mutação. África não deve perder este novo encontro com a história.

Para elaborar um pensamento africano sobre a economia, considerada o principal ramo da governação, a conferência irá abordar nove propostas, distribuídas entre cinco grupos de trabalho:

Grupo de Trabalho 1: Adaptar a governação dos recursos naturais

- 1. Enunciar novas regras de governação dos recursos naturais
- 2. Adaptar o regime de governação fundiária às realidades das sociedades africanas
- 3. Promover uma gestão integrada e equitativa da água e das zonas costeiras

Grupo de Trabalho 2: Promover o prestação de serviços públicos

- 3. Promover melhores práticas que facilitam a prestação dos serviços básicos

Grupo de Trabalho 3: Acompanhar a criação de cadeias agroalimentares

- 5. Acompanhar o estabelecimento de cadeias agroalimentares estáveis e sustentáveis

Grupo de Trabalho 4: Promover novas visões e abordagens do desenvolvimento dos territórios e das economias

- 6. Desenvolver uma nova visão da moeda e da energia como vector de desenvolvimento dos territórios
- 8. Basear a dinamização das economias locais na evolução do sector informal

Grupo de Trabalho 5: Repensar a estratégia de desenvolvimento

- 7. Renovar as regras de parceria com as empresas estrangeiras
- 9. Promover uma cultura de gestão e de empresa adaptada às realidades e necessidades da África

1. Enunciar novas regras de governação dos recursos naturais

Falou-se por vezes, em África, da “maldição dos recursos naturais”. De facto as riquezas naturais trazem frequentemente mais guerras, enriquecimento ilícito, pilhagem, degradação irreversível do ambiente físico e social do que prosperidade à população. Não é raro a população descobrir que o seu subsolo foi desbaratado a empresas estrangeiras sem que as comunidades tenham sido minimamente informadas, quanto mais consultadas. A experiência demonstra que somente a prosperidade económica adquirida com o suor do trabalho é durável, primeiro porque é necessário repartir equitativamente os frutos, e em segundo lugar porque ela dá origem a competências, aprendizagem, conhecimento das instituições que darão continuidade a esta prosperidade. Inversamente, a exploração dos recursos naturais segundo um modelo mineiro - pegar nas riquezas e ir embora sem algo sustentável - presta-se à apropriação ilícita das riquezas.

Quando o Estado pretende deter o monopólio dos recursos naturais, faz depender o enriquecimento das elites dirigentes e o estilo de vida do Estado da sua exploração. Mas por que razão estas riquezas lhe pertencem mais do que à comunidade local ou à África e ao mundo inteiro? E, quando o Estado se afunda, os senhores da guerra tomam para o próprio proveito o controlo destas riquezas, ou seja os diamantes, o petróleo, o cobre, etc. para

instaurar o seu poder feudal e enriquecer-se em detrimento das populações. As sociedades estrangeiras participam nesta pilhagem. A Europa, os Estados Unidos da América, e cada vez mais a China e a Índia desejam tanto estas riquezas que os seus agentes económicos estão dispostos a fazer o necessário.

Ora, os recursos naturais não são um bem económico vulgar, são um dom da natureza antes de serem o fruto do esforço dos homens. A sua distribuição no solo e no subsolo não se deve ao mérito de qualquer comunidade, seja pequena ou grande. Ao contrario dos bens industriais comuns, que podem multiplicar-se até ao infinito em função do desenvolvimento das técnicas e os conhecimentos, os recursos naturais representam uma quantidade limitada. As empresas internacionais que intervêm na exploração destes recursos deveriam ser submetidas a um direito definido e controlado a nível internacional.

Estas características específicas dos recursos naturais devem portanto dar origem a regimes de governação específicos, levantando a questão da justiça na distribuição dos benefícios, associando as comunidades locais à sua exploração tanto em termos de recursos e protecção do ambiente como em termos de aprendizagem para o futuro. É necessário contar, para implementar estes regimes de governação, com uma opinião pública internacional cada vez mais revoltada pela

prática de operadores económicos sem escrúpulos, reivindicar uma rastreabilidade de todos os recursos resultando da exploração dos recursos naturais e da sua utilização. Embargos estritos devem ser imposto a nível internacional sobre qualquer exploração dos recursos naturais associada aos senhores da guerra.

Existe agora um grande número de reflexões e experiências. A conferência irá ser a ocasião para enunciar os regimes de governação aplicáveis aos recursos energéticos e mineiros e a ocasião de traduzir concretamente estes regimes de governação num conjunto de protocolos de acordo que servindo de modelo no futuro.

2. Adaptar o regime de governação fundiária às realidades das sociedades africanas

África tem sido frequentemente apresentada como um continente subpovoado que dispõe de recursos suficientemente vastos em termos fundiário para não ter de se submeter a regras tão complexas como aquelas que regem a propriedade da terra nas regiões muito povoadas do mundo. Mas os solos verdadeiramente aráveis tornam-se raros enquanto a população rural continua a aumentar de forma importante apesar da migração para as cidades. África é o último continente a conhecer uma verdadeira explosão demográfica, dificultando os mecanismos tradicionais de regulação fundiária. A maior parte do tempo os dois regimes de gestão da propriedade da terra, o tradicional e o moderno, se justapõem e se contradizem. Os conflitos entre agricultores e criadores de gado amplificam-se em varias regiões da África e alimentam confrontos sangrentos. Mais recentemente, a fraqueza política e económica de África faz com que esteja ameaçada por outros países e empresas estrangeiras prontos a adquirir grandes porções de território para os valorizar directamente, e existem poucos argumentos contra eles quando, de facto, a valorização actual é muito deficiente. Finalmente, num certo número de países africanos, a concorrência entre pobres e ricos pelo controlo da propriedade da terra

(demasiadamente rara) é o substrato económico de conflitos sociais.

A governação da propriedade da terra é de facto, seja qual for a perspectiva, uma dimensão essencial da governação em África. A conferência será a ocasião para enunciar os regimes de governação que melhor se adaptam ao sistema de propriedade da terra a nível urbano e rural. Será por acaso que o último Prémio Nobel de economia tenha sido para a Senhora Osborn pelos seus trabalhos sobre a gestão da propriedade da terra, mostrando que os mecanismos tradicionais de gestão eram superiores aos mecanismos de privatização preconizados pelas instituições internacionais? E todos aqueles que estudam o direito costumeiro estão impressionados pela grande subtilidade e a diversidade dos direitos de uso ligados a este bem fundamental das sociedades agrícolas.

A conferência irá realizar um balanço das dificuldades encontradas hoje em dia em África na governação do sistema de propriedade da terra, irá examinar um conjunto de medidas inovadoras tendo como objectivo a combinação do direito costumeiro e direito moderno, e irá extrair as principais linhas de um regime de governação aplicável a este bem.

3. Promover as boas práticas que facilitam a prestação de serviços públicos básicos

As sociedades não julgam os seus governantes pelo seus discursos. Julgam-nos pela capacidade deles de garantir o bem-estar dos seus cidadãos e, em primeiro lugar deste bem-estar esta a prestação de serviços básicos: água, saneamento, abastecimento em géneros de primeira necessidade, educação, saúde,

segurança, abastecimento de energia, ambiente saudável, etc.

Se os debates sobre a descentralização ocupam as elites administrativas e políticas, se os conflitos de poder entre Estados e administrações locais interessam tanto os protagonistas, a população, em particular a mais pobre, está sobretudo desejava de

saber se tal ou tal sistema irá contribuir mais ou menos a prestação de serviços básicos. A esta questão é que foi consagrado, em 2005, Africités 3, o terceiro encontro das cidades africanas. Dos múltiplos ateliês resultaram os “princípios de Yaundé”, ou seja os princípios que deveriam guiar as autoridades públicas para conceber, em parceria com a população, a prestação dos serviços básicos. Desde então a pertinência destes princípios foi

testada num certo número de casos (Bamako no Mali, Cotonou no Benim e Lomé no Togo).

A conferência irá realizar o balanço destas experiências, irá trazer outras experiências a fim de identificar uma filosofia e uma prática africanas e dotar conjuntamente a Associação das Cidades Africanas e os Estados de um sistema permanente de intercâmbio de experiências e de aprendizagem mutual nesta área.

4. Promover uma gestão integrada e equitativa da água e das zonas costeiras

A água é mais um bem natural que necessita à invenção de regimes de governação adaptados. Em África é um bem precioso, mas cada vez mais raro devido ao seu consumo crescente e às ameaças que pesam sobre ela, tratando-se tanto das mudanças climáticas como das práticas pouco respeitosas do longo prazo e contribuindo para a desertificação.

Além disso, as zonas costeiras dos grandes lagos e dos oceanos africanos levantam problemas complexos de pesca excessiva, de degradação do ambiente, de concorrência entre os pescadores artesanais, que sustentem sectores da população, e as frotas industriais estrangeiras, que proporcionam divisas ao Estado.

Existe uma vasta experiência de gestão da água tanto em África como no resto do mundo, porque esta gestão está por assim dizer é responsável da governação e do Estado (basta pensar no antigo Egipto para se convencer). Os princípios de governação da água são amplamente conhecidos. Todo o mundo fala no plano internacional de “gestão integrada da água”, mas a maior parte do tempo, em África e nos outros sítios, não passa de palavras. As dificuldades para a realizar são de facto numerosas. Para o alcançar é preciso uma boa articulação dos níveis de governação,

desde o bairro ou a aldeia, até a bacia fluvial transfronteiriça, uma capacidade de cooperação entre diferentes administrações (as que gerem a infraestruturas, as que gerem o tratamento, as que gerem a utilização, as que gerem a higiene e a saúde, as que gerem a educação, etc.), mecanismos simultaneamente justos e eficazes de distribuição dos usos da água (entre criadores de gado e agricultores, entre a cidade e o campo, entre a agricultura e o uso doméstico, entre as necessidades económicas e as necessidades da vida quotidiana, etc.). Também não existe boa gestão da água sem a associação dos diferentes tipos de utilizadores, nem boa gestão dos ecossistemas litorais sem a participação das comunidades de pescadores. Mas toda esta rica complexidade da governação da água tem sido com demasiada frequência negada em África por princípios dogmáticos como a privatização dos serviços públicos da água, a facturação total dos custos, em suma tudo o que converte a água num bem económico vulgar. No entanto, a gestão da água deve responder a um duplo princípio de justiça social e de eficácia.

A conferência será a ocasião para passar em revista as experiências que mais se aproximam desta gestão integrada e equitativa da água, a fim de identificar um certo número de princípios comuns.

5. Acompanhar o estabelecimento de cadeias agroalimentares estáveis e sustentáveis

Ainda hoje fala-se muito de desenvolvimento sustentável, mas sem se esforçar para que representa mais do que palavra. Isto tem a ver em particular com a

própria organização da economia, que privilegia um tipo de actor económico: a empresa. Esta controla de facto apenas uma pequena parte da cadeia de produção,

desde das matérias-primas até à distribuição final e a reciclagem dos subprodutos do consumo.

Porém, somente cadeias sustentáveis, pouco dispendiosas em energia e em matérias-primas, que asseguram uma distribuição equitativa do valor acrescentado resultando de toda a cadeia, respeitadoras do ambiente em cada etapa da produção e do intercâmbio, podem permitir o alcance de sociedades sustentáveis.

A conferência irá abordar esta questão a partir de uma cadeia que diz mais directamente respeito a África: a cadeia agroalimentar. África está directamente

confrontada com ela através das questões de segurança alimentar, de política agrícola, de regulação da produção, de comércio internacional. Para um dos produtos agrícolas chave, a banana, foi recentemente estabelecido um fórum internacional multi-actores. Assim começa a desenhar-se o regime de governação de cadeias sustentáveis.

A conferência será a ocasião para discutir o conceito de cadeia sustentável, para analisar as políticas agrícolas africanas, o impacto do comércio internacional, a evolução dos regimes preferenciais com os países europeus e para enunciar as principais linhas das cadeias agroalimentares sustentáveis.

6. Desenvolver uma nova visão da moeda e da energia como vector do desenvolvimento dos territórios

Pode parecer curioso associar energia e moeda num mesmo tema da conferência. Mas, quando se olha mais de perto, a energia, presente em todas as actividades quotidianas e situada no centro do comércio internacional, apresenta as três características de uma moeda: é uma unidade de valor (todo o mundo conhece o custo do barril de petróleo), é um meio de pagamento na base do sistema de trocas internacional e é, por último, uma reserva de valor tanto a nível dos jazidas como dos estoques reguladores.

Após a crise financeira, o dólar perdeu a sua posição de monopólio de moeda internacional em favor de grandes moedas regionais que irão impor-se muito progressivamente: o euro, o yuan chinês associado ao yuan japonês, amanhã a rupia indiana. Como se situará África nesta nova configuração? Será que deveria

desenvolver moedas locais para encorajar a circulação de trabalho e de mercadorias a nível de comunidades mais pequenas que os Estados? Será apenas por hábito que gerimos os nossos intercâmbios com moedas de dimensão única (o euro, o dólar, etc.), quando seria preciso, para um modo de vida sustentável, consumir mais trabalho humano e menos energia fóssil? Como tirar proveito, mesmo num continente como África (África é rica, os africanos é que são pobres), dos meios que os desenvolvimentos tecnológicos proporcionam, como os porta-moedas electrónicos, para desenvolver uma nova visão da moeda? Será preciso pagar em particular o trabalho humano e a energia com uma mesma moeda?

São estas perguntas que a conferência tentará responder.

7. Renovar as regras da parceria com as empresas estrangeiras

Existem pontos de vista contrastantes sobre o papel das empresas estrangeiras no desenvolvimento. Elas são omnipresentes no continente africano. Será que estão envolvidas no saque ou são para África o meio mais rápido de adquirir os conhecimentos tecnológicos, as competências, os capitais e os circuitos de comercialização internacionais que lhe fazem tanta falta? A experiência internacional mostra que a questão não se coloca de forma absoluta. Tudo depende da utilização feita das empresas e dos capitais estrangeiros.

Assim, para dar apenas os dois exemplos de desenvolvimento mais importantes do mundo, a China desenvolveu-se a uma velocidade vertiginosa apoiando-se à partida na parceria com empresas estrangeiras para multiplicar as suas

exportações, enquanto que a Índia desenvolve-se mais lentamente apoiando-se essencialmente nas empresas nacionais. E sobretudo, como fazer com que estas empresas estrangeiras ajam no sentido do interesse comum? Será que se pode falar de empresas responsáveis quando empresas que intervêm no mundo inteiro têm as suas sedes unicamente sujeitas ao direito nacional e quando além disso podem delegar a empreiteiros ou fornecedores todas as actividades que são moralmente ou ecologicamente condenáveis? Será que é possível conceber empresas internacionais sem direito internacional?

São estas algumas das questões que serão debatidas na conferência para lançar as bases de protocolos de parceria que garantam vantagens equilibradas às partes em presença.

8. Basear a dinamização das economias locais na evolução do sector informal

As políticas de desenvolvimento impulsionadas a partir do topo nunca funcionam se não encontram dinâmicas locais. Este princípio é ilustrado pela recente história mundial, com o contraste entre os desenvolvimentos da China e da Rússia após o abandono do sistema de planificação centralizada da época comunista. Os grandes monopólios industriais russos foram privatizados à pressa e não deram origem a um desenvolvimento económico mais autêntico que a precedente época soviética, muito pelo contrário. Na China, uma forte rede de empresas locais com capitais do Estado conseguiu converter-se em uma economia de mercado e uma rede de empresas privadas locais desenvolveu-se rapidamente, resultando por vezes (em parceria ou não com empresas estrangeira) em multinacionais.

Na África, muitas vezes o desprezo do sector informal e a tendência a comprimir as actividades económicas emergentes fizeram com que as dinâmicas económicas locais fossem pouco reconhecidas e encorajadas. Num sistema económico dual, refugiado no autoconsumo local por um lado e aberto a concorrência internacional para produtos industriais por outro, resta pouco lugar para um pensamento económico baseado no desenvolvimento dos potenciais locais ou mesmo na mobilização da poupança local.

A conferência deverá contribuir para uma mudança da visão sobre estes problemas. Ela analisará a emergência de dinâmicas locais e de sistemas produtivos locais que são a base de uma nova dinâmica africana de desenvolvimento.

9. Promover uma cultura de gestão e de empresa adaptada às realidades e necessidades de África

Seja qual for o estatuto (público, privado ou cooperativo) dos actores económicos, o desenvolvimento não existe sem a emergência de uma classe de empresários, no sentido mais amplo do termo, capazes de identificar oportunidades, de mobilizar recursos e talentos, e de jogar o seu papel na concorrência internacional. Mas a gestão destas entidades económicas não resulta de regras abstractas internacionais aplicáveis a todas as situações, como pode por vezes sugerir uma suposta “ciência da gestão”. A gestão desta comunidade particular que constituem as pessoas implicadas numa mesma entidade económica é relacionada com a forma de gerir o resto da sociedade. Para além das receitas feitas, foi necessário reconhecer a existência de uma gestão à japonesa, de

uma gestão à chinesa, de uma gestão à indiana, da mesma forma que existe, por exemplo, uma gestão à francesa diferente da gestão à alemã ou à americana. Como formar os futuros empresários africanos? Como reflectir num modelo africano de gestão? Como tirar as universidades e as formações em administração de negócios do simples mimetismo em relação a Harvard?

A conferência permitirá estabelecer um balanço dos recursos existentes nessa área no ensino africano, do ensino primário ao superior, analisar se para além da diversidade das sociedades africanas, é possível referir-se a um modelo africano de gestão, e definir uma estratégia de desenvolvimento do espírito de iniciativa e de empreendedorismo.

Conferência 3 - África renegoceia o seu lugar no mundo

Apesar das suas imensas vantagens naturais (30% das reservas minerais mundiais, 15% das terras aráveis do mundo e 20% do potencial hidroelétrico do mundo), África não consegue criar riquezas suficientes para garantir um mínimo de bem-estar à sua população. Em 2003, o produto nacional bruto (PIB) da França, com menos de 60 milhões de habitantes, era três vezes superior ao de toda a África, com mais de 800 milhões de habitantes¹. Além disso, África é o continente mais endividado do mundo em comparação ao seu produto nacional bruto. Enquanto no conjunto dos países em desenvolvimento o estoque da dívida externa em 2000 elevava-se em média a 40% do PNB, em África esta taxa atingiu pouco mais de 60%. No interior do continente africano, a situação da África a Subsaariana é ainda mais desfavorável, já que os pendentes totais (230 mil milhões de dólares em 1998) representam cerca de 70% do PNB do subcontinente².

Apesar de várias décadas de uma assistência técnica e financeira múltipla e de múltiplas organizações de ajuda pública e privada, o continente africano encontra-se ainda hoje numa situação desesperante de crescente marginalização. Em 1960, na altura das independências, o continente africano contribuía até 14% no comércio mundial, enquanto a sua população representava 9% da população mundial; em 2003, a sua contribuição para nos intercâmbios mundiais era inferior a 2%, enquanto o seu peso demográfico rondava os 14%³.

A pouca riqueza criada e o endividamento crescente fazem com que o papel da ajuda financeira internacional seja determinante na definição e implementação das prioridades de políticas públicas. Os dirigentes africanos sentem-se assim mais em dívida em relação às grandes instituições da “comunidade internacional” do que perante os cidadãos dos seus próprios países. As avaliações do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial e o ciclo das subvenções, empréstimos, dos cancelamentos de dívida e as suas condicionalidades definem o ritmo da gestão pública na maioria dos países. O peso da ajuda nos orçamentos públicos dos países e os desafios relacionados impede de facto qualquer iniciativa autónoma dos dirigentes dos governos africanos.

Torna-se urgente, no começo dos próximos cinquenta anos, abrir o debate sobre as condições de uma renovação das relações entre África e os outros continentes e países do mundo. África deve se esforçar para sair da dependência e fazer ouvir a sua voz, reforçando simultaneamente uma parceria vantajosa para todos, com os outros países e grandes regiões do mundo.

Para este efeito, cinco propostas reagrupadas em cinco grupos de trabalho irão ser debatidas durante a conferência:

Grupo de Trabalho 1: Redefinir novos paradigmas que tornam a dar um sentido a cooperação internacional para o desenvolvimento

Grupo de Trabalho 2: Construir as bases de um diálogo entre os actores sociais africanos e os dos outros continentes (Europa-Ásia-América Latina);

Grupo de Trabalho 3: Promover uma integração das cadeias de produção e intercâmbios de bens e serviços a nível das grandes regiões do continente;

Grupo de Trabalho 4: Fazer ouvir melhor a voz da África nas instâncias internacionais, e as propostas africanas para uma governação mundial;

1 Atlas de l'Afrique : un continent jeune, révolté, marginalisé. Éditions Autrement, 2005.

2 Site Internet da Presidência da República francesa: dívida externa de África.

3 Idem 1.

Grupo de Trabalho 5: Criar centros universitários e centros de pesquisa científica regionais que permitem ao continente dotar-se de recursos humanos capazes de o elevar ao nível de desempenho que exige a concorrência mundial.

1. Redefinir novos paradigmas que tornam a dar um sentido a cooperação internacional para o desenvolvimento

O desenvolvimento é, em primeiro lugar, responsabilidade e ambição. A cooperação para o desenvolvimento, construída sobre a lógica actual da ajuda, não responsabiliza África. Pior ainda, ela dá a ilusão de que o desenvolvimento só é possível através das acções do Estado e os seus apoios externos. No entanto, o desenvolvimento de uma sociedade implica um projecto construído no longo prazo e conduzido por esta sociedade, mas o modo de intervenção a curto prazo da ajuda impede a visão a longo prazo e contribui a tornar as sociedades africanas desligadas do seu próprio destino. Os “doadores” não se limitam aos apoios financeiros, também fazem escolhas prescritivas em áreas nas quais é necessário intervir e determinar o “como agir”. Isso contribui no estabelecimento de modelos de desenvolvimento impostos a sociedades que não se reconhecem neles e que por conseguinte não se sentem responsáveis.

Torna-se urgente abrir o debate sobre a renovação do quadro da parceria entre África e os seus parceiros internacionais para dar-lhe um sentido mais eficaz e pertinente. Certamente a generalização da cooperação através do apoio orçamental e a cooperação descentralizada são os esforços iniciais no sentido de uma maior responsabilização dos Estados e das autoridades locais quanto às suas próprias escolhas, contudo é necessário ir mais além.

A definição de novos paradigmas para dar sentido a uma cooperação baseada sobre a solidariedade indispensável para resolver problemas comuns à nível mundial (as mudanças climáticas, a circulação de pessoas e bens e a luta contra as grandes pandemias) deve ser considerada como uma prioridade na agenda a fim de dar substância aos compromissos recíprocos formalizados num quadro de referência assumindo a forma de “Carta Internacional da Cooperação para o Desenvolvimento”.

2. Construir os eixos de um diálogo entre os actores sociais de África e os dos outros continentes (Europa-Ásia-América Latina)

O potencial natural de África em recursos fundiários, vegetais, minerais e hidráulicos parece ser a sua maldição. Não beneficia à sua população nem à sua juventude, que prefere ir buscar melhores condições de vida fora do continente. Pior ainda, a forte tensão que se agrava a cada ano entre uma população crescente que se urbaniza desordenadamente e recursos naturais que se tornam progressivamente mais raros e degradados não augura nada de bom. Para os Estados e os operadores económicos europeus, asiáticos e das Américas, África é apenas uma fonte de matérias-primas e um mercado para escoar produtos de exportação e muitas vezes resíduos. Para os actores sociais destes mesmos países, África é apenas objecto de compaixão e caridade. Esta tripla postura de mendigo que espera tudo dos outros, de vendedor a baixo preço despreocupado do seu

património natural não renovável e de comprador de tudo o que podia ter produzido não se pode mais tolerar e é portadora de violência e desespero que são já visíveis em muitas cidades africanas.

Além das negociações formais e bilaterais dos governos e nas instâncias multilaterais, torna-se urgente construir espaços de encontro e de diálogo bipartidos ou multipartidários entre os actores económicos e sociais dos diferentes continentes para a implementação de uma cooperação mutuamente vantajosa.

Este diálogo deve construir-se a partir da identificação dos desafios mundiais comuns, das perspectivas comuns e da construção indispensável de parceria entre os actores de diferentes continentes após ter definido o papel e a contribuição de cada um lá onde vive.

3. Promover a integração das cadeias de produção e intercâmbio de bens e serviços a nível das grandes regiões do continente

O agrupamento dos países africanos em grandes conjuntos económicos regionais não é uma ideia nova nem um sonho irrealizável. Origina-se da mistura das populações das diferentes regiões de África através das suas histórias.

Nesta qualidade, a integração política e económica africana cabe primeiramente e sobretudo aos povos africanos. Esta tradição deve constituir o primeiro ponto de apoio para todas as iniciativas de integração em África.

Mas as organizações regionais africanas (JEMOA, CEDEAO, CEAC, COMESA, SADEC) são paralisadas pela falta de ação e a relutância dos governos nacionais, apesar de todas as expectativas dos actores africanos em relação à integração dos países.

Em consequência da última crise do mercado do arroz, no espaço da CEDEAO, em vez de se unirem para encontrar respostas comuns, cada país procedeu a formulação e a implementação da sua própria estratégia (Iniciativa Arroz no Mali, GOANA no Senegal). A estruturação da cadeia de produção do algodão também se apresentou sob a mesma esquema da

lógica por país, quando a lógica regional teria sido mais favorável aos produtores e industriais da região.

Um outro exemplo emblemático é o acordo sobre a livre circulação de pessoas e bens que, embora tenha sido assinado pelos governos e ratificado pelos respectivos parlamentos nacionais, continua de facto a não ser colocada em prática no que diz respeito aos operadores dos sectores económicos. Assim, quando os comerciantes apresentam-se num posto de fronteira com as suas mercadorias, não é raro terem de passar dias inteiros sujeitos a formalidades, ou aos caprichos dos funcionários da alfândega, polícias e outros gendarmes. Estes entraves provocam enormes perdas de oportunidades ou de lucros. Resultado: os actores económicos africanos comerciam mais com o exterior do continente (China, Índia, Médio Oriente) do que no seu interior, sendo mais fácil transpor as fronteiras aéreas do que as terrestres. Em outras palavras, importantes dinâmicas humanas, sociais e económicas são bloqueadas sob pretexto de controlos que frequentemente são apenas a expressão aberrante de uma soberania ultrapassada ou simplesmente da corrupção.

4. Fazer ouvir a voz africana nas instâncias internacionais e as propostas africanas para uma governação mundial

África se pronuncia cada vez menos nos tradicionais fóruns de debate e de decisão internacionais como as Nações Unidas e outras instituições de Bretton Woods, porque à sua forte dependência faz com que segue mais do que decide. Pior ainda, as grandes decisões mundiais realizam-se cada vez mais em instâncias como o G7 e o G20, onde ela quer está ausente, quer somente faz uma aparição através de chefes de Estado que não participam em nenhuma decisão.

A maioria das decisões adoptadas nestas instâncias têm repercussões sobre o dia a dia das populações africanas. Apenas participam na decisão pública mundial os países económica e politicamente grandes.

Nestas instâncias, a África e o seu cortejo de países pequenos e fracos, não tem qualquer hipótese de contar.

Para que seja ouvida melhor na cena internacional, África deve atribuir e reconhecer maior responsabilidade política aos grandes conjuntos já referidos e à Comissão da União Africana, que têm todos o mérito de existirem. Para que esta integração política, tenha um voz e uma influência a nível mundial, também tem que se reconhecer a grandes países como África do Sul, Nigéria, Argélia, Sudão, Etiópia, etc., um papel de líderes regionais, estes países devendo também manifestar uma maior preocupação pelos interesses das suas regiões respectivas.

5. Criar centros universitários e centros de pesquisa científica regionais que permitem ao continente dotar-se de recursos humanos capazes de o elevar ao nível de desempenho que exige a concorrência mundial

Um ensaísta bem conhecido em África escreveu alguns anos atrás, numa das suas obras (Afrologie, de Stephen Smith) que fez muito estrondo, ao comparar África ao Japão: “A África é rica mas os africanos são pobres”. A única explicação aceitável deste paradoxo que faz com que o japonês que vive num país tão desprovido de potencial natural seja mais rico que o africano que vive sobre um tesouro feito de imensos recursos naturais é a qualidade do recurso humano.

Com excepção de alguns raros países magrebins como a Tunísia e o Marrocos que fizeram da formação uma prioridade, grande parte da África não tem recursos humanos cuja qualidade lhe permitiria alcançar o nível da forte concorrência internacional. Os raros académicos e pesquisadores africanos de nível internacional preferem refugiar-se nas universidades e centros de pesquisa dos

países europeus e americanos que lhes oferecem melhores condições de vida e de trabalho.

As raras universidades e institutos de pesquisa regionais herdados na altura das independências foram desmantelados em menores universidades e institutos nacionais de pesquisa prejudicados pela falta de meios dos países, que não têm qualquer medida comum com as exigidas numa universidade ou um centro de pesquisa de nível internacional.

Também neste área a criação de centros universitários e de centros de pesquisa científica regionais, colocados sob a responsabilidade de organizações regionais, é a única via que irá permitir ao continente desenvolver recursos humanos capazes de o elevar ao nível de desempenho que exige actualmente a forte concorrência mundial no que diz respeito a valorização dos conhecimentos.

Orientação metodológica

Conferências internacionais

Iniciativa África Horizonte 2060

1 – Desafios

Uma das recomendações do Fórum inter-regional sobre os desafios da governação em África, organizado pela Aliança para Refundar a Governação em África, em parceria com a Comissão da União Africana (Addis-Abeba, Novembro 2005), insistia na necessidade de instituir uma plataforma inter-regional de diálogo sobre a governação em África. A decisão de estabelecer *Dias Anuais da Governação em África* responde à essa necessidade de construir espaços de partilha de experiências e de iniciativas no âmbito da governação, de reflexão prospectiva sobre o futuro do continente.

“**Iniciativa África Horizonte 2060**: África assume o controle do seu destino”, tem precisamente a ambição de estabelecer no longo prazo este espaço inter-africano de diálogo sobre a governação, e de lhe dar uma profundidade prospectiva em relação aos enormes desafios que os países africanos enfrentam e continuarão a enfrentar nas próximas décadas. A IAH2060 pretende ser uma estrutura de reflexão prospectiva e de iniciativa, capaz de partilhar diferentes trabalhos e iniciativas em curso que participem na responsabilização da África pelo seu destino, em termos de desafios mundiais assim como no interior do continente.

2 – Orientação

Uma primeira série de três conferências, irá abordar sucessivamente as principais preocupações que seguem, para resultar numa quarta conferência, num projecto de desenvolvimento do continente para 2060:

1. “uma África que inventa a sua própria governação”: a conferência esta prevista na cidade da Praia, Cabo verde, em Junho 2012;
2. “uma África que inventa a sua própria economia” em 2013;
3. “uma África que renegoceia o seu papel no mundo” em 2014;
4. “um projecto para 2060” em Addis-Abeba em 2015.

Em cada conferência se vai criar mecanismos de acompanhamento, com os objectivos seguintes:

- (1) Aprofundar as análises e as propostas; irá ser identificado um **think-tank** (grupo de reflexão) entre os participantes, para continuar a aprofundar e sistematizar as análises e as propostas, para manter a dinâmica de troca com os participantes da conferência;

(2) Estimular as iniciativas sinérgicas de mudança, para melhorar as práticas em áreas diferentes abordados durante a conferência; serão identificados e negociados **projectos-piloto**, em parceria com os actores institucionais que terão participado numa das conferências;

(3) Divulgar os conhecimentos e as competências resultando dos vários encontros ou a partir de projectos-piloto que foram implementados; serão realizadas **publicações e preparados pequenos encontros de partilha** a nível dos países no âmbito das redes temáticas.

3 – Escolha dos participantes

Para garantir a legitimidade das análises, propostas e iniciativas que irão emergir dessas conferências, é essencial que todos os participantes sejam considerados como representativos. Os temas propostos, para cada conferência, devem ser adequadamente cobertos por uma amostra representativa dos actores da área pública e o conjunto dos participantes deve reflectir a sociedade.

a) As categorias alvo

A observação das sociedades africanas permite apontar aos seguintes meios sociais:

1. Estado e instituições públicas (funcionários do Estado, militares, funcionários locais);
2. Sector privado;
3. Investigadores, universidades e grupos de reflexão;
4. Chefes tradicionais e religiosos;
5. Produtores rurais (agricultores, criadores...);
6. Média, comunicadores e actores culturais;
7. Jovens;
8. Mulheres;
9. Organizações profissionais;
10. Eleitos locais;
11. Organizações de integração;
12. Partidos políticos;
14. Actores do desenvolvimento (ONGs, parceiros da cooperação para o desenvolvimento...).

b) O número de participantes

África está dividida em seis regiões (as cinco regiões correspondentes às instituições de integração regional e a comunidade africana no estrangeiro, a diáspora). Cada uma das seis regiões irá ser representada por 15 participantes distribuídos igualmente nas categorias de actores identificados, ou seja $15 \times 6 = 90$ **participantes para cada conferência**. No total, a

Iniciativa África Horizonte 2060 tem como objectivo o estabelecimento de um diálogo directo de cerca de **360 pessoas em África** e no mundo.

c) A identificação dos participantes

Os participantes de cada conferência serão identificados a partir de três critérios essenciais: pertencer a uma das seis regiões (África Austral, África Central, África Oriental, África Ocidental, África do Norte, a Diáspora); a origem socioprofissional; o potencial de contribuição às problemáticas identificadas pelas conferências (conhecimentos, experiência, influência...)

A selecção de participantes será baseada:

1. Numa **base de dados** listando as pessoas assim como, além dos dados de contacto (d direcção, correio electrónico, etc.) os quatros pontos seguintes: De que região? De que meio social? Que contribuição? Em que tema? Recomendado por quem?
2. Nas **redes sociais** activas em África e no mundo; como por exemplo a East Africa Media, East Africa Business Community, África think-tanks, as redes de formação da Commonwealth, os clubes de negócios, o African Network of Journalists, a rede Trust Africa; a UNISA, a rede de universidades africanas através da UNESCO...
3. Na **divulgação de documentos de preparação** para a conferência e também as actividades de **comunicação pública** que serão realizadas antes do evento.

4 – O método de preparação

A preparação irá apoiar-se principalmente no sítio Web de recursos da ARGA.

a) Criação de dossiês temáticos

Uma secção do sítio Web é dedicada à “**Iniciativa África Horizonte 2060: África assume o controle do seu destino**”. O texto correspondendo a cada tema na nota introdutória serve de **texto de problemática** que introduz o tema. Desta forma constitui-se um “dossiê temático” para cada tema. Criou-se também uma classificação dos temas, como um dicionário de palavras-chave, que permite percorrer o conjunto dos documentos e dos registos de experiências da base de dados da ARGA, acrescentando a palavra-chave correspondente na classificação para os textos relevantes em relação às 24 propostas.

b) Alimentação dos dossiês temáticos

Para alimentar os dossiês temáticos, utilizam-se várias modalidades:

1. A contribuição das universidades: um grupo de informadores (um por tema e por região) será identificado; o empenho em ajudar na preparação da conferência, irá dar a cada um desses informadores a honra de participar a conferência; por isso terão acesso à uma base de dados de “documentos”.
2. A segunda modalidade de preparação consistirá na contribuição dos participantes: as pessoas seleccionadas irão comprometer-se, antes da reunião, a dar a sua contribuição no sítio web ou por meio electrónico, para o seu tema de intervenção: **quais são as questões principais** levantados por esse tema; **quais são as experiências** mais significativas; **quais são as propostas** do participante.

5 – O decurso das conferências

a) Distribuição do tempo

Cada conferência se realiza em **4 dias**, distribuídos da seguinte forma:

- Abertura e sessão plenária sobre: a Iniciativa África Horizonte 2060; os objectivos e a metodologia da conferência: 1 dia
- Grupos de trabalho temáticos: 2 dias
- Restituição e conclusões: 1 dia

b) Distribuição dos grupos de trabalho

As 24 propostas submetidas à discussão são reagrupadas no âmbito de grupos de trabalho que permitirão aprofundar essas propostas, pô-las em perspectiva em termos de desafios que o continente terá que enfrentar para colocar-se uma vez por todas no eixo do progresso económico, político e social, para 2060⁴.

Conferencia 1: África reinventa a sua governação (5 grupos de trabalho)

- **Grupo 1:** Basear o “viver juntos” no seio das sociedades em torno de valores e princípios comuns (**Propostas 1 e 2**)
- **Grupo 2:** Tirar o melhor proveito da tradição e da modernidade reconhecendo o pluralismo jurídico (**Proposta 3**)
- **Grupo 3:** Refundar o Estado africano pós-colonial através da descentralização e a integração regional (**Propostas 4 e 5**)
- **Grupo 4:** Promover uma gestão adaptada e inclusiva dos assuntos públicos (**propostas 6,7,8 e 9**)
- **Grupo 5:** Criar as condições de segurança para todos e paz duradoura (**Proposta 10**)

Conferência 2: África reinventa a sua economia (5 grupos de trabalho)

- **Grupo 1:** Adaptar a gestão dos recursos naturais (**Propostas 1,2 e 4**)
- **Grupo 2:** Promover boas práticas que facilitam a prestação de serviços públicos básicos (**Proposta 3**)
- **Grupo 3:** Acompanhar o estabelecimento de cadeias agroalimentares estáveis e sustentáveis (**proposta 5**)
- **Grupo 4:** Promover as novas visões e abordagens de desenvolvimento dos territórios e das economias (**Propostas 6 e 8**)

4 A quarta conferência terá um carácter essencialmente político e será um encontro para sintetizar e levar avante o projecto “África Horizonte 2060; sera sujeita a uma nota metodológica específica.

- **Grupo 5:** Repensar o papel das empresas na estratégia de desenvolvimento (**Propostas 7 e 9**)

Conferencia 3: África renegoceia o seu lugar no mundo (5 grupos de trabalho)

- **Grupo 1:** Redefinir os paradigmas para tornar a dar um sentido à cooperação internacional para o desenvolvimento (**Proposta 11**)
- **Grupo 2:** Construir os eixos dum diálogo entre os actores sociais da África e os dos outros continentes (**Propostas 12**)
- **Grupo 3:** Promover a integração das cadeias de produção e de intercâmbios de bens e serviços nas grandes regiões do continente (**Proposta 13**)
- **Grupo 4:** Fazer ouvir a voz da Africa nas instancias internacionais e as propostas africanas para uma nova governação mundial (**Proposta 14**)
- **Grupo 5:** Criar centros universitários e centros de pesquisa científica regionais, que irão permitir ao continente desenvolver recursos humanos capazes de atingir o nível de desempenho exigido pela competição mundial (**Proposta 15**).

O resultado dos grupos de trabalho temáticos irá ser uma síntese: **quais são as principais questões levantadas; quais são as experiências relevantes que podem servir de fonte de inspiração; quais são as propostas; quais são os compromissos e os primeiros passos?**

c) Relatórios dos trabalhos em grupo

Para a sistematização dos trabalhos de cada grupo e a gestão dos relatórios, se vai utilizar o **programa informático Desmodo e as cartas invertidas** para identificar entre cinco e sete questões e propostas principais que emergem para cada capítulo.

Um grupo de redacção será responsável pela formulação de propostas de síntese resultantes da conferência.